

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### PAUTA 002/2017

A **PROCURADORA -GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução nº. 005/2007, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 21 de fevereiro de 2017, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões na Sede do Ministério Público, situada à 5ª Avenida, 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

**01. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.125536/2014. ASSUNTO: ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO REFERENTE À AFERIÇÃO DE MERECEMENTO PARA FINS DE PROMOÇÃO E REMOÇÃO. INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – AMPEB. RELATOR: CONSELHEIRO NIVALDO DOS SANTOS AQUINO.**

**02. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 003.0.49590/2014. ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA CLEIDE RAMOS REIS. RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA.**

### **03. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:**

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:**

- 3.1. Inquérito Civil nº 678.0.144709/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 3.2. Inquérito Civil nº 600.0.263508/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.3. Inquérito Civil nº 709.0.84782/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 3.4. Inquérito Civil nº 598.0.127277/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.5. Inquérito Civil nº 598.0.143552/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 3.6. Inquérito Civil nº 015.0.54144/2010, da Promotoria de Justiça de Araci;
- 3.7. Procedimento Ministerial nº 003.0.57001/2014, do Grupo de Atuação Especial Para o Controle Externo da Atividade Policial- GACEP;
- 3.8. Inquérito Civil nº 709.0.127424/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 3.9. Inquérito Civil nº 003.0.49410/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.10. Procedimento Ministerial nº 001.0.160173/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.11. Procedimento Ministerial nº 003.0.108954/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 3.12. Procedimento Ministerial nº 720.0.64352/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 3.13. Procedimento Ministerial nº 015.0.101070/2012, da Promotoria de Justiça de

Araci;

3.14. Inquérito Civil nº 003.0.125730/2013, da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente de Vitória da Conquista;

3.15. Procedimento Ministerial nº 674.0.236250/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

3.16. Procedimento Ministerial nº 003.0.192000/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

3.17. Procedimento Ministerial nº 596.0.184705/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.18. Procedimento Ministerial nº 596.0.493842010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.19. Procedimento Ministerial nº 003.0.156495/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Teixeira de Freitas;

3.20. Inquérito Civil nº 056.0.222902/2014, da Promotoria de Justiça de Cansanção;

3.21. Inquérito Civil nº 137.0.19292/2012, da Promotoria de Justiça de Jitauna;

3.22. Procedimento Ministerial nº 001.0.11370/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.23. Procedimento Ministerial nº 592.0.42558/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

3.24. Inquérito Civil nº 596.0.66813/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.25. Inquérito Civil nº 069.0.252956/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

3.26. Inquérito Civil nº 003.0.34102/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.27. Inquérito Civil nº 709.0.241171/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

3.28. Procedimento Ministerial nº 003.0.194518/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.29. Inquérito Civil nº 003.0.118290/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.30. Procedimento Ministerial nº 003.0.105100/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.31. Procedimento Ministerial nº 003.0.108420/2013, do Núcleo de Promoção da Paternidade Responsável – NUPAR;

3.32. Procedimento Ministerial nº 003.1.99579/2005, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

3.33. Procedimento Ministerial nº 003.0.230573/2013, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

3.34. Inquérito Civil nº 702.0.219375/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

3.35. Inquérito Civil nº 003.0.82113/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.36. Procedimento Ministerial nº 705.0.23060/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.37. Procedimento Ministerial nº 003.0.86746/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

3.38. Inquérito Civil nº 001.0.31411/2015, da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente com sede em Ilhéus;

3.39. Inquérito Civil nº 003.0.182134/2009, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

3.40. Inquérito Civil nº 003.0.63025/2012, da Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente com sede em Guanambi;

3.41. Procedimento Ministerial nº 003.0.6678/2013, da Promotoria de Justiça de

Habitação e Urbanismo;

3.42. Procedimento Ministerial nº 003.0.163413/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

3.43. Inquérito Civil nº 598.0.118447/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.44. Procedimento Ministerial nº 001.0.221565/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.45. Procedimento Ministerial nº 003.0.44712/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.46. Procedimento Ministerial nº 003.0.230171/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.47. Inquérito Civil nº 003.0.168924/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especial de Meio Ambiente com Sede em Valença;

3.48. Procedimento Ministerial nº 003.0.18765/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa- GEPAM;

3.49. Inquérito Civil nº 705.0.191459/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.50. Procedimento Ministerial nº 114.0.37197/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

3.51. Procedimento Ministerial nº 705.0.130789/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.52. Inquérito Civil nº 003.0.209011/2010, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;

3.53. Procedimento Ministerial nº 003.0.77956/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência Física – GEIDEF;

3.54. Inquérito Civil nº 001.0.168617/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.55. Inquérito Civil nº 003.1.84641/2006, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:**

3.56. Recurso Administrativo nº 598.0.152493/2016, apenso Procedimento Ministerial nº 598.0.125932/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.57. Procedimento Ministerial nº 003.0.197550/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

3.58. Inquérito Civil nº 598.0.143438/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;

3.59. Procedimento Ministerial nº 003.0.71882/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

3.60. Procedimento Ministerial nº 114.0.135173/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

3.61. Inquérito Civil nº 285.0.118415/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Conde;

3.62. Inquérito Civil nº 003.0.5192/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.63. Procedimento Ministerial nº 003.0.92733/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.64. Inquérito Civil nº 003.0.157524/2016, da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

3.65. Procedimento Ministerial nº 591.0.105936/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.66. Inquérito Civil nº 608.0.166104/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.67. Inquérito Civil nº 709.0.118265/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

3.68. Inquérito Civil nº 371.0.178951/2007, da Promotoria de Justiça de Itacaré;



- 3.69. Inquérito Civil nº 371.0.161059/2007, da Promotoria de Justiça de Itacaré;  
3.70. Inquérito Civil nº 003.0.222907/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
3.71. Procedimento Ministerial nº 702.0.138665/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;  
3.72. Inquérito Civil nº 699.1.21277/2005, da 1ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;  
3.73. Procedimento Ministerial nº 692.0.159294/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Guanambi;  
3.74. Procedimento Ministerial nº 596.0.117686/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;  
3.75. Inquérito Civil nº 600.0.94010/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;  
3.76. Inquérito Civil nº 003.0.154428/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
3.77. Procedimento Ministerial nº 003.0.207130/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;  
3.78. Inquérito Civil nº 596.0.8277/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;  
3.79. Inquérito Civil nº 003.0.189012/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
3.80. Inquérito Civil nº 596.0.136840/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;  
3.81. Procedimento Ministerial nº 003.0.75259/2011, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;  
3.82. Procedimento Ministerial nº 003.0.122626/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
3.83. Procedimento Preparatório nº 723.0.100617/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Itamaraju;  
3.84. Inquérito Civil nº 596.0.172151/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;  
3.85. Inquérito Civil nº 600.0.125434/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;  
3.86. Inquérito Civil nº 598.0.168016/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;  
3.87. Inquérito Civil nº 003.1.109860/2005, da 1ª Promotoria de Justiça de Poções;  
3.88. Procedimento Ministerial nº 608.0.250205/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;  
3.89. Inquérito Civil nº 003.0.260819/2012, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;  
3.90. Procedimento Ministerial nº 114.0.28556/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:**

- 3.91. Recurso Administrativo nº 003.0.266837/2016, apenso nº 003.0.173743/2016, da Procuradoria-Geral de Justiça;  
3.92. Procedimento Ministerial nº 596.0.119317/2015, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;  
3.93. Procedimento Ministerial nº 003.0.21051/2014, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;  
3.94. Procedimento Ministerial nº 003.0.3607/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;  
3.95. Inquérito Civil nº 600.0.86952/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo

Antônio de Jesus;

3.96. Procedimento Ministerial nº 003.0.80688/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.97. Inquérito Civil nº 003.0.57338/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.98. Inquérito Civil nº 001.0.2566/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.99. Procedimento Ministerial nº 241.0.10936/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;

3.100. Procedimento Ministerial nº 003.0.70224/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

3.101. Procedimento Ministerial nº 003.0.234402/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

3.102. Procedimento Ministerial nº 608.0.62809/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.103. Procedimento Ministerial nº 003.0.150397/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

3.104. Procedimento Ministerial nº 128.0.68858/2015, da Procuradoria de Justiça de Jaguaripe;

3.105. Procedimento Ministerial nº 163.0.72784/2009, da Promotoria de Justiça de Maracás;

3.106. Inquérito Civil nº 001.9.10053/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.107. Procedimento Ministerial nº 001.0.127292/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.108. Inquérito Civil nº 646.0.233608/2013, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

3.109. Inquérito Civil nº 593.0.116239/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de barreiras;

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:**

3.110. Procedimento Ministerial nº 644.0.45560/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;

3.111. Procedimento Ministerial nº 597.0.171803/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

3.112. Inquérito Civil nº 709.0.243532/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

3.113. Procedimento Ministerial nº 608.0.27947/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.114. Procedimento Ministerial nº 608.0.247026/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.115. Procedimento Ministerial nº 003.0.142205/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

3.116. Procedimento Ministerial nº 003.0.105981/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

3.117. Procedimento Ministerial nº 726.0.246129/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibotirama;

3.118. Procedimento Ministerial nº 608.0.111981/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.119. Inquérito Civil nº 001.0.180929/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.120. Inquérito Civil nº 003.0.13018/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do



Consumidor;

3.121. Procedimento Ministerial nº 252.0.195106/2009, da Promotoria de Justiça de Seabra;

3.122. Procedimento Ministerial nº 608.0.67869/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.123. Inquérito Civil nº 003.0.211337/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

3.124. Inquérito Civil nº 598.0.131368/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.125. Inquérito Civil nº 001.0.182029/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.126. Inquérito Civil nº 596.0.234175/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.127. Inquérito Civil nº 674.0.226080/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

3.128. Procedimento Ministerial nº 596.0.159574/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.129. Inquérito Civil nº 596.0.175630/2015, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.130. Procedimento Ministerial nº 674.0.206375/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

3.131. Procedimento Ministerial nº 003.0.23766/2012, do grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

3.132. Inquérito Civil nº 600.0.199666/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

3.133. Inquérito Civil nº 644.0.161021/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

3.134. Inquérito Civil nº 644.0.21485/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

3.135. Procedimento Ministerial nº 676.0.152129/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;

3.136. Inquérito Civil nº 003.0.117298/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

3.137. Procedimento Ministerial nº 702.0.43068/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

3.138. Inquérito Civil nº 003.0.23887/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.139. Inquérito Civil nº 003.0.125947/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

3.140. Procedimento Ministerial nº 069.0.103637/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

3.141. Inquérito Civil nº 003.0.219458/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA**

3.142. Procedimento Ministerial nº 003.0.126634/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.143. Inquérito Civil nº 593.0.181195/2013, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

3.144. Procedimento Ministerial nº 003.0.129223/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.145. Inquérito Civil nº 692.0.234416/2015, da Promotoria de Justiça Regional

Ambiental com sede em Guanambi;

- 3.146. Inquérito Civil nº 677.0.98972/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 3.147. Inquérito Civil nº 003.0.30118/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.148. Inquérito Civil nº 592.0.137765/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 3.149. Procedimento Ministerial nº 596.0.4124/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.150. Inquérito Civil nº 592.0.22609/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 3.151. Inquérito Civil nº 592.0.216100/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 3.152. Inquérito Civil nº 644.0.20292/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.153. Inquérito Civil nº 702.0.206347/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 3.154. Inquérito Civil nº 644.0.144624/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.155. Inquérito Civil nº 720.0.71481/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 3.156. Procedimento Ministerial nº 003.0.52203/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 3.157. Inquérito Civil nº 702.0.183138/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 3.158. Procedimento Ministerial nº 596.0.112012/2014, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.159. Procedimento Ministerial nº 596.0.89156/2014, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.160. Inquérito Civil nº 608.0.18408/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.161. Inquérito Civil nº 596.0.28866/2013, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.162. Inquérito Civil nº 592.0.135897/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 3.163. Inquérito Civil nº 003.0.26630/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.164. Inquérito Civil nº 003.0.201426/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.165. Inquérito Civil nº 600.0.36321/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.166. Inquérito Civil nº 212.0.110551/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:**

- 3.167. Inquérito Civil nº 597.0.183438/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 3.168. Procedimento Ministerial nº 001.0.39987/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.169. Procedimento Ministerial nº 003.0.111948/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 3.170. Procedimento Ministerial nº 596.0.106263/2015, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.171. Procedimento Ministerial nº 596.0.123126/2016, da 17ª Promotoria de Justiça

- de Feira de Santana;
- 3.172. Inquérito Civil nº 001.9.4054/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.173. Procedimento Ministerial nº 003.1.21326/2006, da Promotoria de Justiça de Conceição de Feira;
- 3.174. Procedimento Ministerial nº 608.0.50472/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.175. Procedimento Ministerial nº 163.0.72760/2009, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 3.176. Inquérito Civil nº 090.0.82305/2016, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 3.177. Inquérito Civil nº 705.0.36656/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 3.178. Inquérito Civil nº 701.0.46896/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 3.179. Inquérito Civil nº 608.0.80770/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.180. Inquérito Civil nº 003.0.78313/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.181. Inquérito Civil nº 596.0.78781/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.182. Procedimento Ministerial nº 035.0.185603/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 3.183. Inquérito Civil nº 003.0.110615/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde- GESAU;
- 3.184. Inquérito Civil nº 596.0.164350/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.185. Inquérito Civil nº 720.0.25078/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 3.186. Inquérito Civil nº 600.0.39754/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.187. Procedimento Ministerial nº 003.0.202919/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 3.188. Inquérito Civil nº 003.0.193758/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 3.189. Procedimento Ministerial nº 003.0.138162/2014, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Barreiras;
- 3.190. Procedimento Ministerial nº 596.0.194207/2015, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.191. Inquérito Civil nº 593.0.100984/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 3.192. Procedimento Ministerial nº 288.0.78007/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos;
- 3.193. Inquérito Civil nº 682.1.10054/2007, da Promotoria de Justiça de Igaporã;
- 3.194. Procedimento Ministerial nº 003.0.187719/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.195. Inquérito Civil nº 600.0.159768/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.196. Procedimento Ministerial nº 001.0.186539/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.197. Procedimento Ministerial nº 720.0.160042/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 3.198. Procedimento Ministerial nº 596.0.111309/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.199. Inquérito Civil nº 236.0.118252/2016, da Promotoria de Justiça de Ibicuí;



- 3.200. Inquérito Civil nº 600.0.24199/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.201. Procedimento Ministerial nº 608.0.212655/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.202. Inquérito Civil nº 241.0.142193/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 3.203. Procedimento Ministerial nº 596.0.86414/2011, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.204. Procedimento Ministerial nº 720.0.143498/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 3.205. Procedimento Ministerial nº 015.0.161878/2015, da Promotoria de Justiça de Araci;
- 3.206. Procedimento Ministerial nº 720.0.212353/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 3.207. Inquérito Civil nº 596.0.132986/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.208. Inquérito Civil nº 003.0.54321/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.209. Inquérito Civil nº 600.0.215189/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.210. Procedimento Ministerial nº 696.0.59023/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 3.211. Procedimento Ministerial nº 015.0.101055/2012, da Promotoria de Justiça de Araci;
- 3.212. Procedimento Ministerial nº 003.0.44391/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.213. Inquérito Civil nº 003.0.69086/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 3.214. Inquérito Civil nº 600.0.133151/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:**

- 3.215. Inquérito Civil nº 003.0.12106/2008, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 3.216. Inquérito Civil nº 003.0.10452/2013, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e do Combate à Discriminação - GEDHDIS;
- 3.217. Procedimento Ministerial nº 003.0.232834/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.218. Inquérito Civil nº 096.0.125299/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.219. Procedimento Ministerial nº 681.1.134066/2006, da Promotoria de Justiça de Uauá;
- 3.220. Procedimento Ministerial nº 003.0.197931/2009, do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 3.221. Procedimento Ministerial nº 003.0.189120/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 3.222. Inquérito Civil nº 003.0.101967/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.223. Inquérito Civil nº 003.0.76543/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

#### **04. O QUE OCORRER.**

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 13 de fevereiro de 2017.

**EDIENE SANTOS LOUSADO**  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público